

Instituição de longa permanência para idosos (ILPI)
RDC nº 502, de 27 de maio de 2021 , que dispõe sobre o funcionamento de Instituição de Longa Permanência para Idosos, de caráter residencial https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2020/rdc0502_27_05_2021.pdf
Decreto Estadual nº 23.430, de 24 de outubro de 1974 , que aprova Regulamento que dispõe sobre a promoção, proteção e recuperação da Saúde Pública https://www.cevs.rs.gov.br/upload/arquivos/201612/13140133-decreto23430c.pdf
RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004 , que dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2004/res0216_15_09_2004.html
Portaria SES nº 799/2023 , que estabelece procedimentos de boas práticas para serviços de alimentação complementares à Resolução RDC ANVISA nº 216, de 15 de setembro de 2004, e aprova a Lista de Verificação em Boas Práticas para Serviços de Alimentação https://www.estado.rs.gov.br/upload/arquivos/portaria-ses-799-2023.pdf
Lei nº 10098/2000 , que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm
Lei nº 13146/2015 , que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm
17. Laboratório de anatomia patológica e citológica - Laboratório de análises clínicas e posto de coleta laboratorial
RDC nº 786, de 5 de maio de 2023 , que dispõe sobre os requisitos técnico sanitários para o funcionamento de Laboratórios Clínicos, de Laboratórios de Anatomia Patológica e de outros Serviços que executam as atividades relacionadas aos Exames de Análises Clínicas (EAC) e dá outras providências https://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/5919009/RDC_786_2023_.pdf/d803afbc-59c1-4dc2-9bb1-32f5131eca59
RDC nº 63/2011 , que dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2011/rdc0063_25_11_2011.html
RDC nº 222/2018 , que dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2018/rdc0222_28_03_2018.pdf
RDC nº 50/2002 , que dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2002/res0050_21_02_2002.html
Decreto Estadual nº 23.430, de 24 de outubro de 1974 , que aprova Regulamento que dispõe sobre a promoção, proteção e recuperação da Saúde Pública https://www.cevs.rs.gov.br/upload/arquivos/201612/13140133-decreto23430c.pdf
Lei nº 10098/2000 , que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm
Lei nº 13146/2015 , que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto

<p>da Pessoa com Deficiência) https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm</p>
<p>18. Lavanderia que processe roupas provenientes de serviços de saúde</p>
<p>Manual de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde - Prevenção e controle de riscos – 2009 – ANVISA https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/publicacoes/manual-processamento-de-roupas-de-servicos-de-saude-prevencao-e-controle-de-riscos.pdf/view</p>
<p>Portaria SES n.º 72/2003 – Regulamento técnico para o licenciamento e funcionamento de estabelecimentos destinados ao processamento de roupas provenientes e estabelecimentos assistenciais de saúde https://www.cevs.rs.gov.br/upload/arquivos/201612/27152054-20120425144342portaria-estadual-n-72-03.pdf</p>
<p>Lei nº 10098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm</p>
<p>Lei nº 13146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm</p>
<p>19. Atividades de assistência a deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes – Residências Inclusivas</p>
<p>Orientações sobre o Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência em Residências Inclusivas https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/caderno_residencias_inclusivas_perguntas_respostas_maio2016.pdf</p>
<p>20. Residencial terapêutico privado</p>
<p>Portaria SES nº 588/2021. Regulamenta o funcionamento dos Residenciais Terapêuticos Privados, destinados à moradia de pessoas com transtornos mentais e dá outras providências https://saude.rs.gov.br/upload/arquivos/202305/05110838-portaria-588-2021-dapps.pdf</p>
<p>RDC nº 50/2002, que dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2002/res0050_21_02_2002.html</p>
<p>RDC nº 222/2018, que dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2018/rdc0222_28_03_2018.pdf</p>
<p>Decreto Estadual nº 23.430, de 24 de outubro de 1974, que aprova Regulamento que dispõe sobre a promoção, proteção e recuperação da Saúde Pública https://www.cevs.rs.gov.br/upload/arquivos/201612/13140133-decreto23430c.pdf</p>
<p>Lei nº 10098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm</p>
<p>Lei nº 13146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm</p>

21. Serviços móveis de atendimento a urgências e de remoção de pacientes - base da ambulância

Portaria nº 72/2012 Dispõe sobre o Roteiro de Inspeção Sanitária a ser seguido nas Unidades Móveis do Estado do Rio Grande do Sul

<https://cevs.rs.gov.br/upload/arquivos/201907/19082819-portaria-ses-n-72-2012.pdf>

RDC nº 222/2018, que dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2018/rdc0222_28_03_2018.pdf

Lei nº 10098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm

Lei nº 13146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm

22. Serviços de imunização e vacinação humana

RDC nº 197, de 26 de dezembro de 2017, que dispõe sobre os requisitos mínimos para o funcionamento dos serviços de vacinação humana

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2017/rdc0197_26_12_2017.pdf

RDC nº 222/2018, que dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2018/rdc0222_28_03_2018.pdf

Lei nº 10098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm

Lei nº 13146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm

23. Supermercado/hipermercado, com área total superior a 500, 00 m²

Portaria SES nº 799/2023, que estabelece procedimentos de boas práticas para serviços de alimentação complementares à Resolução RDC ANVISA nº 216, de 15 de setembro de 2004, e aprova a Lista de Verificação em Boas Práticas para Serviços de Alimentação

<https://www.estado.rs.gov.br/upload/arquivos/portaria-ses-799-2023.pdf>

RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004, que dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2004/res0216_15_09_2004.html

Decreto Estadual nº 23.430, de 24 de outubro de 1974, que aprova Regulamento que dispõe sobre a promoção, proteção e recuperação da Saúde Pública

<https://www.cevs.rs.gov.br/upload/arquivos/201612/13140133-decreto23430c.pdf>

Lei nº 10098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm

Lei nº 13146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto

da Pessoa com Deficiência)

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm